



ISSN: 2230-9926

Available online at <http://www.journalijdr.com>

# IJDR

International Journal of Development Research

Vol. 10, Issue, 12, pp. 43118-43123, December, 2020

<https://doi.org/10.37118/ijdr.20606.12.2020>



RESEARCH ARTICLE

OPEN ACCESS

## A CONCEPÇÃO DE MAL EM AGOSTINHO SOB A INFLUÊNCIA DO CRISTIANISMO

<sup>1</sup>Moisses Bacelar Campelo, <sup>2</sup>\*Zilmara de Jesus Viana de Carvalho and <sup>3</sup>Romilson Ferreira da Silva

<sup>1</sup>Mestrando em Cultura e Sociedade na Universidade Federal do Maranhão, UFMA; <sup>2</sup>Doutora em Filosofia, Professora do Departamento de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão, UFMA; <sup>3</sup>Mestrando em Cultura e Sociedade na Universidade Federal do Maranhão, UFMA

### ARTICLE INFO

#### Article History:

Received 03<sup>rd</sup> September, 2020

Received in revised form

07<sup>th</sup> October, 2020

Accepted 09<sup>th</sup> November, 2020

Published online 31<sup>st</sup> December, 2020

#### Key Words:

Mal, Agostinho, Maniqueísmo, Cristianismo.

#### \*Corresponding author:

Zilmara de Jesus Viana de Carvalho

### ABSTRACT

Este artigo objetiva apresentar a mudança ocorrida na concepção de mal do filósofo Agostinho de Hipona depois de sua conversão ao Cristianismo, expondo o pensamento do autor tanto a partir da perspectiva biográfica, com base nas *Confissões*, quanto da obra *Livre-arbitrio*, a fim de explicitar como este pensador ao abandonar a visão ontológica de mal maniqueísta, passa a adotar uma concepção antropológica de filiação cristã. Pretende-se, assim, contribuir com este importante tema, a partir do pressuposto de que não apenas um saber específico concorre para a construção da concepção de mal em Agostinho, mas saberes que se entrecruzam.

Copyright © 2020, Moisses Bacelar Campelo et al. This is an open access article distributed under the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.

Citation: Moisses Bacelar Campelo, Zilmara de Jesus Viana de Carvalho and Romilson Ferreira da Silva. "A concepção de mal em agostinho sob a influência do cristianismo", *International Journal of Development Research*, 10, (11), 43118-43123.

## INTRODUÇÃO

No século IV, a igreja já havia adquirido uma posição de importância no Império. O Cristianismo já havia se espalhado pela África, Ásia e Europa. As grandes controvérsias já haviam girado em torno do Gnosticismo, Cristologia e agora sobre o mal, tema, então, debatido. A resposta do Maniqueísmo atraiu a muitos jovens em busca de satisfação intelectual e experiência espiritual. Dentre eles estava o jovem Agostinho, que já possuía conhecimento sobre a cultura clássica e adentrou na seita como ouvinte, buscando respostas para o problema do mal. Depois de decepção com as explicações que ouvira dos mestres maniqueus, Agostinho buscou a Verdade na doutrina cristã. No meio desse contexto de batalhas teológicas, Agostinho ressurgiu pensando a filosofia grega à luz da fé e embasado nas Escrituras que moldam sua teologia e filosofia.

Agostinho se vincula ao Cristianismo, analisando como esta nova fé mudou seu conceito sobre o mal em relação a Deus, ao homem e ao mundo. Pretende-se mostrar no presente manuscrito, para além da perspectiva biográfica das *Confissões*, portanto, com base na obra *Livre-arbitrio*, as mudanças operadas na concepção agostiniana de mal. Propõe-se a investigação da mudança ocorrida na concepção de mal depois de sua conversão, expondo o pensamento do autor, de modo a contribuir com este importante tema, a partir do pressuposto de que não apenas um saber específico concorre para a construção da concepção de mal em Agostinho, mas saberes que se entrecruzam.

### A Compreensão de Agostinho sobre o mal à luz do Cristianismo

O tema do mal relacionado a Deus não é medieval, em seu famoso *Dilema*, Epicuro, por exemplo, o expõe:

Deus, ou quer impedir os males e não pode, ou pode e não quer, ou não quer nem pode, ou quer e pode. Se quer e não pode, é impotente: o que é impossível em Deus. Se pode e não quer, é invejoso: o que do mesmo modo, é contrário a Deus. Se nem quer nem pode, é invejoso e impotente: portanto, nem sequer é Deus. Se pode e quer, o que é a única coisa compatível com Deus, donde provém não a existência dos males? Por que razão é que não os impede? (EPICURO, 1985, p. 20)

Se Deus é bom e justo, então por que Deus permite o mal? Se Deus pode acabar com o mal e não o faz, então será que Ele não tem poder? Se Deus tem poder e não acaba com o mal, então será que Deus é realmente bom? Qual a origem mal? O filósofo e teólogo Agostinho tem uma grande contribuição a dar a esse problema filosófico apresentando a seguinte reflexão:

Pois bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. Por outro lado, se proclamamos ser ele justo — e negá-lo seria blasfêmia —, Deus deve distribuir recompensas aos bons, assim como castigos aos maus. E por certo, tais castigos parecem males àqueles que os padecem. É porque, visto ninguém ser

punido injustamente — como devemos acreditar, já que, de acordo com a nossa fé, é a divina Providência que dirige o universo —, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo. (AGOSTINHO, 1995, p.17)

Esta resposta faz parte da obra *Livre-Arbitrio*. Nela o hiponense começa seu diálogo com Evodia respondendo à pergunta: será Deus o autor do mal? Antes de oferecer uma clara resposta sobre a possível participação de Deus na origem do mal, ele faz duas distinções importantes: o mal natural (o que homem sofre) e o que o homem prático (mal moral). Desde o início do debate sobre o tema percebe-se um distanciamento de categorias maniqueístas, e um claro compromisso com o conceito de Deus como Supremo Bem. Sendo pelo caminho da razão ou da fé, não é possível conceber Deus como autor do mal, pois isso seria blasfêmia. Algumas ideias centrais logo são expostas já agora do ponto de vista da fé, a saber:

1ª) Deus é Bom, logo Ele não pode ser autor do mal: a ênfase de Agostinho é teocêntrica. Não existe possibilidade de ligação ou união ontológica entre Deus e o mal. Não há mistura, aproximação ou rivalidade. Deus é o Supremo Bem. Ele não pode praticar o mal.

2ª) Deus é Justo, logo Ele julga com equidade: Ele recompensa os bons e condena os maus, e não comete injustiça. Pensar de outro modo para Agostinho seria blasfêmia. Ele não acredita que Deus possa ser injusto, pois isso contraria quem Ele é.

3ª) Deus em Sua Divina Providência dirige o Universo: Agostinho acredita na atuação direta de Deus cuidando do mundo. Não existem dois Deuses: um que fez o mundo material e outro que fez o mundo espiritual. Não há nada mal na matéria. O Universo é visto como estando ligado com Deus e sobre seu controle. Tudo isso é pensado de acordo com a fé cristã.

Se Deus não é o autor do mal, pois ele é Justo e Bom, então de onde vem o mal? Segundo Agostinho (1995, p.17), o mal não poderia ser cometido sem ter algum autor. Ele não acredita mais em uma força que controla o homem e o leva determinadamente a praticar o mal, mesmo que sem querer. Seu argumento é: a justiça de Deus ao julgar o homem só é possível se o ato que este praticar for totalmente livre, pois quem deveria ser julgado se não tivesse escolha em fazer o bem em vez do mal? Já no início do seu diálogo, percebe-se uma união entre a fé e razão. Ele não está desenvolvendo o tema baseado apenas no que acredita, pelo contrário, em todo tempo argumenta à luz da razão, haja vista que as duas não são contrárias, tampouco são excludentes, sendo possível usar a razão a serviço da fé.

Mas como essa mudança tão grande sobre o conceito de mal aconteceu? Agostinho não mudou subitamente sua concepção de mal, antes profundamente marcada pelo dualismo defendido pela seita de Mani, que admitia “[...] que existiam dois princípios ontológicos eternos, o mal (trevas), e o bem (luz), logo, o mal existe substancialmente.” (BRANDÃO, 2019, p. 82-83). Lentamente ruiu a estrutura de significado que o maniqueísmo havia lhe oferecido. Alguns fatores devem ser considerados para entendermos as causas das mudanças conceituais de Agostinho a respeito da sua concepção de mal.

#### **A assimilação da concepção metafísica de substância espiritual do neoplatonismo de Plotino**

Uma das dificuldades de Agostinho em aceitar o conceito de Deus distanciado do mal, era que ele tinha um conceito materialista de Deus. Como a matéria era entendida como má na concepção de um pensamento ainda ligado ao maniqueísmo, e Deus tinha um corpo, era possível Deus ser mal. O hiponense não conseguia conceber uma substância espiritual. Foi através da leitura de Plotino (1992) que sua teologia saiu de um eixo materialista, para uma concepção espiritual. Segundo Gilson (2001, p.153) “o encontro com a filosofia de Plotino foi seu primeiro encontro com a metafísica”. Diante disso podemos dizer que a ontologia tem uma importância fundamental na

formulação da solução para o problema do mal. Segundo Gilson (2001, p.153):

Deus é a plenitude do ser; portanto, ele é o bem absoluto e imutável. Criado do nada a natureza humana do homem só é boa na medida em que é, mas nessa justa medida, ela é boa. Assim o bem é proporcional ao ser; donde resulta que o contrário do bem, que é o mal, não pode ser considerado como do ser. Estritamente falando, o mal não é. O que se designa por esse nome reduz-se à ausência de certo bem numa natureza que deveria possuí-lo. E o que se exprime ao dizer que o mal é uma privação. A natureza caída é, pois, má na medida em que é viciada pelo pecado, mas é um bem enquanto natureza; exatamente, ela é esse mesmo bem em que o mal existe e sem o qual não poderia existir.

Havia alguns elementos teóricos de proximidade conceitual entre Plotino e o Cristianismo, ao ponto de Agostinho agora ver todo um absurdo dentro das fantasias dos maniqueístas. Pelo menos dois aspectos podem ser citados para mostrar a contribuição do neoplatonismo para a nova concepção de mal em Agostinho. Segundo Cooper (2002, p.171):

Primeiro, “ao ler. Os platônicos, fui levado a considerar a verdade como algo incorpóreo” (7.20), pois apresentavam a visão de um mundo gerado a partir de fonte imaterial, de modo que não era mais necessário pensar Deus como “mar” onde o mundo, como esponja gigantesca, está mergulhado. Em segundo lugar, convenceram Agostinho de que “tudo o que é bom; e o mal... não é uma substância, como afirmavam os maniqueístas, mas apenas privação de ser” (7.12).

O afastamento de Agostinho do materialismo só foi possível ao ler Plotino, uma vez que, como já exposto, sua concepção anterior sobre Deus era de alguém feito de corpo. Esse conceito de substância era tão central em relação a sua ligação com o maniqueísmo que ele já declarava que a formação dessa ideia mudaria sua peregrinação. Com efeito, afirmara Agostinho (1997, p.68): “se me fosse possível conceber uma substância espiritual, todos os obstáculos teriam sido superados e afastados do meu espírito.”

#### **O Tratamento paternal e a hermenêutica do bispo Ambrósio**

Agostinho não teve boas impressões do Antigo Testamento. Sua dificuldade era resultado de seu método hermenêutico, e da sua vaidade intelectual. Depois de ler as *Escrituras* ele relata que teve a impressão de uma obra indigna de ser comparada à majestade de Cícero. “Meu orgulho não podia suportar aquela simplicidade de estilo”. (AGOSTINHO, 1997, p. 39)

Como um homem que já havia desprezado as *Escrituras* começa a aceitar seus ensinamentos? A resposta está no impacto que Ambrósio teve sobre o Hiponense. Quando ele chega em Milão as palavras do bispo prendem sua atenção e ele se sente tratado paternalmente. Agostinho define Ambrósio como perito e formado na igreja. O hiponense explica o sentido desse encontro com o bispo. Segundo Agostinho (1997, p. 40) “para que eu fosse por ele conduzido conscientemente a ti”. Além deste aspecto de relacionamento discípulo e mestre, que o hiponense experimentou, Ambrósio mostrou a Agostinho através dos seus sermões, como a hermenêutica alegórica esclarecia textos das *Escrituras* que os maniqueus criticavam e que o próprio Agostinho achava que ninguém poderia responder a estes. Segundo Strathern (2002, p.11):

Ambrósio era um dos espíritos mais brilhantes da cristandade e seus sermões atraíam enormes audiências. Agostinho foi ouvi-lo e de imediato se libertou de dois preconceitos que cultivava em relação ao cristianismo: constatou que essa religião podia ser abraçada por alguém intelectualmente mais capaz; e comprovou também que a Bíblia era um livro mais profundo do que ele acreditava ser, e que nem sempre devia ser interpretado ao pé da letra.

O hiponense havia se aproximado de Ambrósio por admirar sua retórica, ou seja, passou a ser ouvinte do bispo como sua mãe sempre quis, mas não como um homem que acredita e resolveu abandonar tudo que acreditava antes, mas como um acadêmico que iria apreciar como um pregador conseguia expor com tamanha habilidade *Escrituras*, nas quais antes Agostinho não achava interesse algum.

### Agostinho e a concepção cosmológica do relato da criação de Gênesis

Agostinho foi profundamente influenciado pela teologia da criação presente no livro de Gênesis. Inclusive ele escreveu um comentário sobre o referido livro como crítica às ideias dos maniqueus, onde refutou as objeções dos maniqueus ao capítulo primeiro de Gênesis. Segundo Agostinho (2004, p. 207):

[...] os maniqueus costumam criticar as Escrituras do Antigo Testamento, que não conhecem, e, com essa crítica, zombar de nossos irmãos débeis e infantis e enganá-los, não encontrando estes como lhes responder, pois não há Escritura alguma que não possa ser criticada facilmente por parte daqueles que não a compreendem.

A criação segundo o primeiro capítulo de Gênesis é um ato livre da bondade de Deus e não há nada de eterno ligado a ela. Além disso, a criação não foi uma fabricação a partir de uma matéria previamente existente, mas uma criação do nada. Ou seja, ela não se dá a partir de alguma coisa, contudo o hiponense contra a concepção necessária de criação afirma a criação ex-nihilo:

A matéria informe, que Deus criou do nada, foi denominada primeiramente “céu e terra”, e se disse: No princípio, Deus criou o céu e a terra, não porque isso já existia, mas porque podia existir, pois o céu e a terra, conforme está escrito, foram criados depois. (AGOSTINHO, 2005, p. 301.)

Algumas conclusões lógicas podem ser extraídas com base no que fora exposto:<sup>1º</sup> A matéria não tem existência eterna, como dizia a filosofia de Platão. Mas foi criada, e não foi feita da substância que Deus é. Mas foi criada do nada. <sup>2º</sup> A matéria não é má, porque Deus criou a matéria e ela não tem ligação nenhuma com as trevas. <sup>3º</sup> Se Deus criou a matéria então não há base nenhuma para o dualismo maniqueísta, porque só existe uma substância eterna. Com relação ao fato da criação ser boa, lembra Lima Vaz (2009, p.191) que: “no ensinamento cristão da doutrina da criação de todos os seres por Deus que, ao coroar a obra criadora, ‘viu que todas as suas obras eram muito boas’(Gn.1.30).”

O panteísmo maniqueísta que mistura criatura e criador é substituído pela precedência do Criador que faz tudo existir. Como o hiponense diz, todos os outros bens têm nele a sua origem, mas não participam dele (AGOSTINHO, 2005, p.37).

Claramente ele retira suas afirmações do livro de Genesis 1.1: “No princípio criou Deus os céus e terra”. Agostinho usa bases bíblicas para combater afirmações de caráter gnóstico-maniqueístas e, nessa perspectiva, esclarece que: “Não afirmamos que este mundo é coeterno com Deus, porque este mundo não tem a sua eternidade, a qual somente Deus possui” (AGOSTINHO, 2005, p. 298), explica na obra *Comentário a Gênesis contra os maniqueus*, que não foi só uma parte da criação espiritual da criação que foi feita por Deus, mas que tudo o que existe de material e espiritual provém dele. Não há espaço para dualismo, o que existe é uma doutrina da criação nos moldes judaico-cristão.

### O conceito de mal em Agostinho

Depois do maniqueísmo Agostinho ainda passou pela astrologia, posteriormente aderiu por um curto período ao ceticismo, todavia esses apenas foram degraus em relação a sua peregrinação em direção a Verdade. Conforme ele mesmo declara: “Assim, duvidando de tudo, à maneira dos acadêmicos — como se imagina comumente —

flutuando entre todas as doutrinas, resolvi abandonar os maniqueus” (AGOSTINHO, 1997, p. 68)

A busca pela explicação sobre a origem do mal em Agostinho o fez sentir angústia, principalmente ao perceber que a cada dia que passava as respostas que procurava nos maiores mestres eram vazias. Com efeito, reconhece este: “eu, porém, estava ansioso para conhecer a origem do mal”. (AGOSTINHO, 1997, p. 88).

Mas qual foi a conclusão que Agostinho tirou sobre o problema do mal e como é possível entender sua nova concepção? Pode-se resumir a ideia sobre o mal em algumas proposições abaixo:

#### I) Deus não é o autor do mal

Agostinho não aceita mais a visão maniqueísta de Deus e o mal como forças opostas e eternas coexistindo. Sua cosmovisão agora modifica a ligação entre Criador e criatura, pois a natureza imutável e boa de Deus o impedia de se envolver moral e ontologicamente com o mal. Logo, a concepção de mal do hiponense é teocêntrica. Para ele Deus e o mal não eram rivais ou mesmo estavam no mesmo nível de existência, antes, tudo que Deus havia criado era bom, e se o mal existia, a natureza de Deus o impedia de haver criado o mal, pois seria uma contradição o mal vir do bem Supremo.

A opção que sobra no Doutor da fé a partir de sua transcendente teontologia é compreender o mal não mais como uma questão ontológica, tampouco como uma questão natural, como se fizesse parte da criação, mas como uma questão moral. Agostinho realisticamente não nega Deus (ateísmo) e muito menos nega sua bondade ou poder. Afirma Agostinho (1995, p. 91):

Desse modo, vi e me pareceu evidente que criaste boas todas as coisas, e que nada existe que não tenha sido criado por ti. E porque não as criaste todas iguais, cada uma em particular existe porque é boa, e tomadas em conjunto são muito boas. De fato, o nosso Deus criou todas as coisas muito boas.

Todavia, o hiponense também não nega a existência do mal. Entretanto como entender, dentro da sua teodiceia, a ligação entre Deus e o mal existindo?

Agostinho abandona a crença maniqueísta de um deus bom e outro deus mau, o primeiro ligado a luz e o segundo ligado as trevas. Agora para ele era evidente que havia apenas um único Deus Criador de todas as coisas, ou seja, a cosmologia bíblica é afirmada explicitamente e inclusive a criação do mundo material está incluída, pois tudo que existe vem de Deus. Mas se o mal não vem de Deus e não está intrinsecamente ligado a criação, então como explicar a existência do mal? Agostinho (1995, p. 85) fez a mesma indagação:

Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez boas todas as criaturas? Ele é certamente o sumo bem, e as criaturas são bens menores. Mas, criador e criaturas, todos são bons. De onde então vem o mal? [...]De modo algum pode a corrupção afetar o nosso Deus, seja por uma vontade, seja por qualquer necessidade ou seja por qualquer acontecimento imprevisto, porque ele é o próprio Deus, e tudo o que quer para si é bom, e ele próprio é o bem; porém estar sujeito à corrupção não é um bem.

Segundo a concepção agostiniana a criação tem uma ordem de bens superiores e bens inferiores, e quem estava na posição de Supremo bem era Deus. Tudo o que existe abaixo dele é considerado bem menor. Mas mesmo havendo várias categorias de bens, tanto a criatura quanto o criador são ontologicamente bons. Não há abertura ou possibilidade para uma interpretação gnóstica da criação ou de ligação da materialidade com o mal. Agostinho descarta totalmente a possibilidade de algum mal estar ligado a Deus, pois além de ontologicamente isso ser impossível, visto Deus em sua natureza ser o Sumo Bem, a própria criação é retratada como boa originalmente. Porém se o problema da origem do mal não está em Deus nem na criação. Então de onde vem o mal? Não seria então o mal um invasor

da criação? Quanto a isto declara Agostinho (1995, p. 91) “Em ti o mal não existe de forma alguma; e não só em ti, mas em quaisquer criaturas tomadas em sua universalidade. Porque, fora da tua criação nada existe que possa invadir ou corromper a ordem por ti estabelecida”

Agostinho sabia que o maniqueísmo acabava no final de tudo culpando a Deus pela existência e permissão do mal, e apologeticamente ele declara que nem Deus nem a criação tem o mal em si mesmos. Isso claramente mostra que as novas convicções de Agostinho não foram uma tentativa de adaptar antigos conceitos maniqueístas, sobre Deus e sobre a criação, às crenças cristãs. Na verdade, houve um abandono total do conceito sobre a origem do mal ainda ligado a Deus e a criação e uma aceitação e defesa da bondade de Deus e da sua criação.

## II) O mal não é uma substância

A mudança de Agostinho foi a saída de uma definição de mal ontológico-natural para uma concepção do mal antropológico-moral. A grande mudança que Agostinho faz na formulação do problema do mal é repensá-lo à luz do conceito de Bem. Sem as antigas ênfases do dualismo gnóstico, o hiponense afirma uma ontologia não do mal, mas somente do bem, relegando o mal para esfera moral. O mal para Agostinho não está ligado à criação, não vem de Deus, sequer está em um estado natural do homem. O mal ontológico não existe para Agostinho. O que existe é o mal moral, cuja causa ele liga ao homem e seu livre arbítrio.

Diz Agostinho, “todas as coisas, pelo fato de existirem, são boas. E aquele mal, cuja origem eu procurava, não é uma substância.” (1995, p.90). Consequentemente, este abandona sua concepção do mal como ser e passa a entender o mal segundo a concepção de Plotino, que o definia como ausência do bem, ou especificamente como não-ser. Como explica Estrada (2004), o mal é carência de bem, e não tem forma, sendo assim um afastamento do ser. Conforme Ferrater (2009) o mal não é uma substância, mas uma privação, ou se quiser, um movimento (rumo ao não-ser). Mas como explicar que o problema do mal vem de uma questão moral e não do problema ontológico? Assevera Agostinho (1987, p. 38):

Mas passou do bem eterno ao bem temporal, do bem espiritual ao bem carnal, do bem inteligível ao bem sensível, do Sumo Bem ao bem ínfimo. Existe, pois, um bem que a alma racional não pode amar, sem pecar. É o bem que é inferior a ela. Assim o mal é o próprio pecado; e não o objeto amado com afeição pecaminosa.

Agostinho, assim, define o mal de forma hierárquica, uma vez que declara uma espécie de substituição ou passagem do eterno para o temporal, do superior para o inferior. Ou seja, o mal não está nas coisas ou no ser, mas no uso que o homem faz das coisas e da que posição isso ocupa em relação ao Sumo Bem. O homem erra pelo abuso do que é sensível, carnal e temporal. Não há um mal prévio, que sempre existiu na materialidade da criação e torna o mal inevitável. Destarte, segundo o entendimento agostiniano, “tampouco a luz, se — feita para os olhos — for cultuada, como se fosse a luz da sabedoria para o espírito. Ela não se tornaria mal por isso. O mal é a prática supersticiosa com a qual se serve dela uma criatura, em vez de servir o Criador” (AGOSTINHO, 1987, p.38)

Para o hiponense o mal está no erro do homem em usar sua capacidade de escolha, por amar de forma desordenada as coisas da criação (inferiores), e colocá-las no lugar de Deus. Portanto, a criação é boa, mas as escolhas do homem são más, pois ele abusa do uso da criação. Agostinho aqui denomina o que ele entende como o mal moral, que é o pecado. Esta convicção do pecado como mal moral se distancia de uma conceituação que poderia aproximar-se de uma definição ontológica e é reafirmada por ele. Segundo Agostinho (1987, p. 38) a defectibilidade da alma vem de seus atos e da pena que padece pelas dificuldades — consequência dessa defectibilidade. Todo o mal reduz-se a isso. Ora, o agir ou o padecer não são substâncias. Portanto, a substância não é um mal.

## III) O mal é resultado do livre-arbítrio

Se as respostas para o problema do mal levaram Agostinho para o maniqueísmo, a insatisfação com essas mesmas respostas o fez abandonar está seita, pois desde o início ele não tinha uma “ideia clara e nítida da causa do mal.” (AGOSTINHO, 1997, p. 84). Mas se o mal não estava em Deus, pois tudo o que Ele fazia era bom, então, como explicar a origem do mal no homem, se foi Deus quem o criou?

Para Agostinho (1987, p. 30): “Se a vida tende ao nada foi por se ter desviado — por uma defecção voluntária — de quem a criou, e de cujo ser desfrutava. Foi por querer — contra a lei divina — gozar dos seres corpóreos aos quais Deus a tinha colocado superior.” Entende-se aqui que de acordo com este o mal vem do uso que o homem faz do dom da liberdade, que Deus lhe concedeu. Pois a causa para o mal moral, neste caso o pecado, era o amor pelas coisas inferiores no lugar de apego a Deus. Ou seja, em vez de amar a Deus, ele passou a desejar coisas inferiores, tornando-se, deste modo, escravo das paixões. Mas nesse caso por que Deus criou o homem com liberdade, criando assim a possibilidade dele cair? Conforme Agostinho (1987, p. 32): “julgo Deus que assim seriam melhores os seus servidores — se livremente o servissem. Coisa impossível de se conseguir mediante serviço forçado e não livre.”

Diferente do determinismo maniqueísta, que concebia a ideia do mal não como algo que o homem fazia por escolha, mas o praticava sem querer, tornando assim sem nenhuma responsabilidade moral pelos seus atos, a concepção de Agostinho do mal é profundamente ligada à ideia de livre-arbítrio. Deus na verdade não poderia obrigar o homem a fazer o que era certo ou errado, mas sim poderia esperar que através do livre arbítrio este fizesse o que era certo, muito embora, também pudesse decorrer do mesmo livre arbítrio a possibilidade de pecar. Como explica abaixo Agostinho (1995.p.82) em seu diálogo com Evodia:

Realmente, e se é essa a questão por ti proposta, já está claramente resolvida. Pois, se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor que Deus no-la tenha concedido nessa intenção.

Segundo o hiponense, ontologicamente o homem foi feito bom, porém ele usou para o mal o bem do livre arbítrio que Deus havia lhe dado. Ele escolheu praticar o mal, logo, o homem tornou o mal moral real ao apropriar-se do seu dom, utilizando o livre arbítrio para amar as coisas más. Ou seja, “ele se volta contra a ordem da natureza”, se voltando do ser Supremo para aquilo que é inferior. Ainda conforme Agostinho (1987, p. 32):

[...] o pecado é mal voluntário. De nenhum modo haveria pecado se não fosse voluntário. Esta afirmação goza de tal evidência que sobre ela estão de acordo os poucos sábios e os numerosos ignorantes que existem no mundo. Pelo que, ou se há de negar a existência do pecado ou confessar que ele é cometido voluntariamente.

Como o mal moral é resultado da escolha humana, consequentemente, a culpa é do mal, ou melhor dizendo, é de quem pratica o mal e não de Deus, que criou tudo que de bom existe. Percebemos então que a voluntariedade do pecado, o mal moral, retira de Deus a responsabilidade pela existência do mal, e coloca sobre o homem, a existência deste, não obstante ter sido criado livre e bom. Logo, a existência do mal dentro da teodiceia agostiniana não é mais um problema teontológico, mas antropológico. Segundo Reale (2015, p.455):

A má vontade não tem uma “causa eficiente”, mas muito mais “causa deficiente”. Por sua natureza, a vontade deveria tender ao Bem supremo. [...] sendo assim, o mal deriva do fato de que não há um único Bem, mas muitos bens, consistindo, precisamente, em uma escolha incorreta desses bens.

O mal é inserido dentro da estrutura antropológica e moral, onde o papel da vontade é central, pois não há causa fora dela, e não existe vestígio de transferência para qualquer condição coercitiva ou mesmo apelo à natureza, que condicionaria os atos morais à prática do mal. Em outras palavras, a causa do mal está na autodeterminação da vontade e não em um determinismo ou fatalismo, ou mesmo em um Destino. Ou seja, o homem é livre para escolher, e entre todas as possibilidades de escolhas, dentre elas a que ele deveria fazer, que é escolher o Criador, ele acaba escolhendo os bens menores. Mas qual a base para a impossibilidade de o mal não poder ser definido de natureza determinista? Cumpre atentar para o que diz Agostinho (1995, p. 44):

Enfim, se o mal não fosse obra da vontade, absolutamente ninguém deveria ser repreendido ou admoestado. E com toda essa supressão, a lei cristã e toda a disciplina religiosa receberia golpe mortal. Logo, à vontade deve ser atribuído o fato de se cometer pecado. E como não há dúvida sobre a existência do pecado, tampouco se haverá de duvidar do que se segue: — que a alma é dotada do livre-arbítrio de sua vontade.

A impossibilidade da existência do mal desligado da liberdade é analisada sob o ponto de vista do que não poderia se tornar razoável. Ou seja, quem deveria ser corrigido por fazer algo que não tem liberdade de fazer diferente? A liberdade torna possível a responsabilidade moral. Além disso, haveria consequências também para vivência cristã, pois quem poderia viver uma lei ou cumprir disciplinas religiosas sem a liberdade da vontade?

### Considerações finais

Agostinho é um gigante intelectual que se apropria do ouro do Egito, mostrando que Jerusalém tem tudo a ver com Atenas, pois no mesmo nível de diálogo cultural, teológico e filosófico de Clemente e Orígenes, ele consegue conciliar a fé e a razão sem misturar a natureza das duas em suas especificidades e, ao mesmo tempo, explorar o melhor das duas sem cair no abismo fideísmo ou no poço do racionalismo, ademais sem se render a um misticismo antibíblico ou ao dogmatismo cego. Ele não comete suicídio da razão para honrar a fé nem mesmo mata a fé em nome do racional. Ele conhece as potencialidades dessa união e traz o melhor que existe de uma analítica filosófica banhada nas concretudes das experiências reais que a fé lhe proporciona e isso tudo ligado a temáticas universais, onde o cenário da vida se transforma no palco do filosofar da fé e do crer da razão. Tudo isso sem o medo de perguntas difíceis e sem os reducionismos da incredulidade. Agostinho personifica de forma exemplar a fé em busca de compreensão.

Entende-se que Agostinho parte da teologia da criação como fundamento para contextualizar a origem do mal. Ele sabia que tudo o que Deus havia feito era bom, logo, isso excluía a criação do mal, como entidade metafísica. Como explicar a existência de algo que não foi criado? Como ele entendia o papel de Deus como criador e a estranha existência do mal?

Segundo Estrada (1999), a condição cristã e neoplatônica de Santo Agostinho levou-o a negar a substancialidade do mal, como premissa necessária para poder afirmar a bondade da criação a partir do nada. Se o maniqueísmo situava o mal ontológico e natural, dentro da dimensão material, excluindo assim o mal moral, Agostinho, por sua vez, corrige esse erro e mostra que o primeiro não existe, o segundo é consequência do último, que é o mal moral, que, por seu turno, vem da má utilização do livre arbítrio.

Para o hiponense Deus era o Sumo bem, de onde tudo que era bom tinha sua origem. Em suas palavras:

Com efeito, conceber de Deus a opinião mais exte possível é o começo mais autêntico da piedade. E ninguém terá de Deus um alto conceito, se não crer que ele é todo-poderoso e que não possui parte alguma de sua natureza submissa a qualquer mudança. Crer ainda que ele é o Criador de todos os bens, aos

quais é infinitamente superior; assim como ser ele aquele que governa com perfeita justiça tudo quanto criou, sem sentir necessidade de criar qualquer ser que seja, como se não fosse autossuficiente. Isso porque tirou tudo do nada (AGOSTINHO, 1995, p.18)

Deus e a criação possuem um significado elevado na teologia Agostiniana e não seria exagero dizer que toda sua trajetória filosófica depois do maniqueísmo é inteiramente teocêntrica. Ele sempre se refere a Deus como Supremo Bem e não paira sobre seu pensamento nenhuma possibilidade de ligação entre Deus e o mal, visto que a própria natureza de Deus o impediria de qualquer envolvimento com o mal. Se o mal não vem de Deus, então como explicar o mal sem tornar autor do mal?

A explicação agostiniana é redefinir o mal a partir de sua negatividade, ou seja, o mal não era uma substância, mas apenas ausência do bem. O mal é a privação do bem. Ele é algo falto do bem e não algo que é eterno, como um princípio antagonico do bem como diziam os maniqueístas.

Pois cada pessoa ao cometê-lo é o autor de sua má ação. Se duvidas, reflete no que já dissemos acima: as más ações são punidas pela justiça de Deus. Ora, elas não seriam punidas com justiça, se não tivessem sido praticadas de modo voluntário. (AGOSTINHO, 1995, p.17)

Deus concedeu ao homem livre arbítrio, mas ele acabou caindo no pecado e usando mal o que Deus havia lhe dado. Logo, para Agostinho, a responsabilidade moral do homem era total, porque sua condição não era fatalista, ou mesmo de escravo de um determinismo cego. Ele possuía razão e, assim, poderia escolher fazer o que era correto. Para o Doutor da fé a responsabilidade moral é uma das condições para a existência da aplicação da justiça divina. Pois quem deveria ser condenado por algo que fez de errado se não teve outra escolha? Como o homem é livre, logo, ele é responsável pelos seus atos diante de Deus.

Pois, bem, se sabes ou acreditas que Deus é bom — e não nos é permitido pensar de outro modo —, Deus não pode praticar o mal. [...] é a divina Providência que dirige o universo —, Deus de modo algum será o autor daquele primeiro gênero de males a que nos referimos, só do segundo (mal moral). (AGOSTINHO, 1995, p.17)

Agostinho nega que o mal tenha origem em Deus utilizando-se, para tanto, de um silogismo: Deus não pode ser bom e fazer o mal e nem ser justo e ainda assim julgar injustamente. Ele expressa sua crença em um Deus que está agindo no mundo com sua providência e que castiga os injustos e recompensa os justos. Em outras palavras, a ontologia divina é um obstáculo para a ligação entre a gênese do mal e Deus. Se Deus não é origem do mal então o mal não pode ser ontológico. Como então explicar sua origem? O pensador liga a origem do mal ao livre arbítrio do homem. Logo, o mal não é primeiramente um problema teontológico, mas um problema antropológico. O mal é resultado da liberdade humana e não criação divina. Se o mal não fosse voluntário como haveria base para a justiça de Deus sobre as más ações humanas? O mal não está em Deus, mas no homem. Diferente da visão que o paganismo tinha do homem como sujeito ao destino, para o pensador o homem é responsável pelas suas ações e seus atos podem ser julgados, pois são autodeterminados.

Percebe-se, portanto, seu afastamento do maniqueísmo quando ele rejeita o que segundo Costa (2002) é uma explicação ontológico-dualista-materialista e passa a se apoiar em uma visão mais teológico-filosófica--moral fazendo assim o primeiro contexto para o segundo e do segundo uma resposta ao primeiro. Essa transição constituiu-se como o centro da nossa investigação, pautada na premissa da importância dessa relação crítica e teórica. Agostinho se converte tanto a filosofia quanto a ao Cristianismo, pois ele passa a desejar a sabedoria através de Cícero e depois lamenta que na verdade este não

falava de Cristo, vazio esse que Ambrósio poderia preencher através dos seus sermões. Foi através dos ensinamentos deste que a verdade fora entrando devagar na sua alma, e na memorável noite em um jardim atormentado, ele ouviu uma canção pelos lábios de uma criança, que dizia: – toma o livro e Leia. Ele entendeu como uma resposta divina o texto de Paulo, da Carta aos Romanos, capítulo 13. O relutante Convertido, antes ouvinte do maniqueísmo, agora se rende ao Cristianismo. O que era apenas uma admiração pela retórica de um bispo, agora se tornou uma rendição à Verdade.

Desta feita, é possível comparar as mudanças de conceitos de Agostinho em sua fase no maniqueísmo e depois já vinculado ao Cristianismo, contrastando para fins didáticos. Para o maniqueísmo o mal é um problema ontológico e natural, para Agostinho é um problema moral. Para o maniqueísmo o problema era cosmológico e teológico. Para Agostinho era um problema Antropológico e axiológico. Para O maniqueísmo tudo era determinado, logo o homem não tinha liberdade. Para Agostinho o homem era livre e responsável. Para os maniqueístas, a criação era má, para Agostinho ela era boa tanto em seu aspecto material quanto espiritual. Para o maniqueísmo Deus era o culpado pelo mal, para Agostinho Deus era a causa de tudo que é bom.

Agostinho abandonou o determinismo maniqueísta e adotou o voluntarismo cristão. Deixou cosmologia dualista maniqueísta pela teologia da criação. Substituiu o materialismo pela metafísica filosófica e cristã.

#### AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Finance code 001 –, bem como a Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA) -Universal / Edital n° 02 / 2018.

#### REFERÊNCIAS

AGOSTINHO. A doutrina cristã. Trad. Oliveira, N. A. Col. Patrística, 17. São Paulo: Paulus, 2002.

- \_\_\_\_\_. A verdadeira religião. Trad. Oliveira, N. A. São Paulo, Paulinas, 1987.
- \_\_\_\_\_. Comentário aos Genesis. Tradução de Agostinho Belmonte. Coleção Patrística 21. São Paulo: Paulus, 2005
- \_\_\_\_\_. Confissões. Tradução de Maria Luiza Marante. São Paulo: Ed. Paulus, 1997
- \_\_\_\_\_. O livre-arbítrio. Trad. Oliveira, N. A. Col. Patrística, São Paulo, Paulus, 1995.
- BRANDÃO, Ricardo E. Introdução à filosofia da natureza de Santo Agostinho. Porto alegre, RS: Editora fi, 2019.
- BÍBLIA, Português. A Bíblia Sagrada: Antigo e Novo Testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição com letras vermelhas rev. e corrigida no Brasil. Brasília: Sociedade Bíblica do Brasil, 1997.
- Cooper, E. David. As filosofias do mundo. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- COSTA, Marcos Roberto Nunes. O problema do mal na polêmica antimaniqueísta de Santo Agostinho. Porto Alegre: EDIPUCRS/UNICAP, 2002.
- ESTRADA, J. Ruan. A impossível teodiceia: A crise de Fé em Deus e o problema do mal. São Paulo: Paulinas, 2004
- EPICURO. Antologia de textos. Tradução de Agostinho da Silva. São Paulo: Abril Cultural, 1985.
- EVANS, G.R. Agostinho sobre o Mal. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.
- GILSON, Étienne. A Filosofia na Idade Média. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 2001.
- FERRATER, José Mora. Dicionário de Filosofia. Tradução: Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- PLOTINO, Enéadas. PORFIRIO. Vida de Plotino. Introducciones, traducciones y notas de J. Igal. Vols. I-III. Madrid: Gredos, 1992.
- REALE, Giovane. História da Filosofia. V.I. São Paulo: Paulus, 1990.
- STRATERN, Paul. Santo Agostinho em 90 minutos. Tradução: Maria Helena Geordane. São Paulo. Editora Zahar, 1999.
- VAZ, Henrique C. de Lima. Escritos de Filosofia IV – Introdução à Ética Filosófica. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

\*\*\*\*\*